

As ligas camponesas no Piauí: crítica epistemológica à narrativa acadêmica

The Peasant Leagues in Piauí: An Epistemological Critique of the Academic Narrative

Damião de Cosme de Carvalho Rocha

Resumo: Este artigo analisa criticamente a produção acadêmica local dedicada às Ligas Camponesas no Piauí, com atenção especial à experiência organizativa de Matinhos, no município de Campo Maior. A reflexão parte de uma questão central: em que medida determinadas interpretações produzidas sobre as Ligas reproduzem modelos explicativos construídos a partir de experiências de outras regiões, sobretudo Pernambuco, e, ao fazê-lo, acabam por reduzir ou homogeneizar a especificidade histórica piauiense? A análise toma como referência a produção acadêmica identificada no estudo, reunindo trabalhos de História, Geografia e Sociologia, e organiza essas pesquisas em três eixos interpretativos: o primeiro atribui protagonismo quase exclusivo aos camponeses; o segundo enfatiza a atuação de agentes externos, especialmente Igreja Católica, Estado e Partido Comunista; e o terceiro combina o protagonismo camponês com a influência de forças políticas e organizativas externas. A discussão mobiliza contribuições de E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, Michel de Certeau, José Murilo de Carvalho, Boris Fausto, Antônio Torres Montenegro e outros autores utilizados na investigação. Defende-se que a experiência de Matinhos não deve ser avaliada exclusivamente pela proximidade ou distância em relação ao modelo revolucionário associado às Ligas de Pernambuco. A organização camponesa piauiense precisa ser compreendida a partir de suas próprias condições históricas, relações sociais, formas de resistência, demandas, estratégias e vínculos locais. Conclui-se que a ampliação das fontes, especialmente orais e locais, e a superação de leituras generalizantes são fundamentais para uma historiografia capaz de reconhecer a pluralidade das experiências camponesas no Piauí.

Palavras-chave: Piauí; Movimentos Sociais; Camponato.

Abstract: This article critically analyzes local academic scholarship on the Peasant Leagues in Piauí, with particular attention to the organizational experience of Matinhos, in the municipality of Campo Maior. The discussion is guided by a central question: to what extent do certain interpretations of the Leagues reproduce explanatory models developed from experiences in other regions, especially Pernambuco, and, in doing so, reduce or homogenize the historical specificity of Piauí? The analysis draws on the academic literature identified in the study, including works in History, Geography, and Sociology, and organizes these studies into three interpretive strands: the first attributes almost exclusive agency to the peasants; the second emphasizes the role of external actors, especially the Catholic Church, the State, and the Communist Party; and the third combines peasant agency with the influence of external political and organizational forces. The discussion draws on contributions from E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, Michel de Certeau, José Murilo de Carvalho, Boris Fausto, Antônio Torres Montenegro, and other authors used in the research. It argues that the Matinhos experience should not be assessed exclusively according to its proximity to or distance from the revolutionary model associated with the Peasant Leagues of Pernambuco. Peasant organization in Piauí must be understood in light of its own historical conditions, social relations, forms of resistance, demands, strategies, and local ties. The article concludes that broadening the range of sources, especially oral and local sources, and moving beyond generalizing interpretations are essential to developing a historiography capable of recognizing the plurality of peasant experiences in Piauí.

Keywords: Piauí; Social Movements; Peasantry.

Introdução

A história das Ligas Camponesas constitui um dos temas mais expressivos para a compreensão das tensões sociais, políticas e econômicas que atravessaram o campo brasileiro durante as décadas de 1950 e 1960. A emergência dessas organizações ocorreu em um contexto marcado pela concentração fundiária, por relações de trabalho desiguais, por conflitos em torno do acesso à terra e por processos de mobilização social que ganharam novas dimensões no período anterior ao golpe civil-militar de 1964. Entretanto, compreender as Ligas apenas a partir de um modelo nacional homogêneo pode produzir um problema historiográfico: o apagamento das diferenças existentes entre as experiências concretas vivenciadas por trabalhadores rurais em diferentes territórios.

É nesse ponto que se insere a problemática deste artigo. A experiência da Liga de Matinhos, em Campo Maior, Piauí, foi incorporada por parte da produção acadêmica local a interpretações mais amplas sobre as Ligas Camponesas no Nordeste. Em determinadas abordagens, a experiência piauiense aparece como extensão de um fenômeno cuja matriz explicativa se encontra em Pernambuco, especialmente na experiência do Engenho Galileia. Em outras, a organização de trabalhadores rurais é interpretada predominantemente a partir da ação de agentes externos, como o Estado, a Igreja Católica e o Partido Comunista. Há ainda trabalhos que reconhecem maior protagonismo aos camponeses, mas permanecem, segundo a análise aqui adotada, vinculados a categorias que tendem a comparar a experiência piauiense com um modelo de luta revolucionária considerado mais completo.

A questão, portanto, não consiste em negar a existência de relações entre as diferentes experiências das Ligas. Ao contrário, reconhecer conexões regionais e nacionais é indispensável. O problema está em transformar conexões em identidade absoluta, fazendo com que experiências distintas sejam explicadas como se fossem manifestações de um mesmo processo, com as mesmas causas, objetivos, sujeitos, estratégias e resultados.

A investigação que fundamenta este artigo parte justamente da necessidade de realizar uma crítica epistemológica da produção acadêmica local. O objetivo é compreender como determinados trabalhos construíram seus objetos, quais referências teóricas utilizaram, quais sujeitos receberam centralidade e quais elementos da experiência de Matinhos foram privilegiados ou silenciados. Trata-se, portanto, de uma leitura da própria produção historiográfica: uma análise sobre como a história das Ligas no Piauí foi escrita.

Essa perspectiva encontra respaldo em Antônio Torres Montenegro, cuja reflexão sobre o fazer historiográfico chama atenção para a necessidade de o pesquisador desconstruir o “historiador natural” formado por discursos e práticas aprendidos ao longo da vida. A advertência é particularmente relevante para pesquisas sobre movimentos sociais, pois as interpretações históricas não são construídas em um vazio epistemológico. Elas resultam de escolhas, referências, conceitos, experiências intelectuais e formas socialmente produzidas de significar o passado.

Michel de Certeau também contribui para essa problematização ao destacar que toda interpretação histórica depende de um sistema de referências que se infiltra no trabalho de análise e participa de sua organização. A história, nessa perspectiva, não é mera reprodução do passado. É uma operação intelectual que seleciona fontes, estabelece perguntas, constrói relações e atribui sentidos.

A crítica epistemológica proposta neste artigo parte, assim, de uma questão simples, mas decisiva: como estudar as Ligas Camponesas no Piauí sem transformar Pernambuco em medida obrigatória da experiência piauiense? Para responder a essa questão, o artigo retoma a produção acadêmica examinada na pesquisa original e a organiza em três eixos. O primeiro reúne estudos que apresentam as Ligas como resultado fundamentalmente do protagonismo dos próprios camponeses. O segundo reúne interpretações que conferem papel decisivo aos agentes mobilizadores externos. O terceiro contempla pesquisas que reconhecem a ação camponesa, mas a articulam à atuação de partidos e outras forças políticas.

O argumento central é que nenhuma dessas perspectivas, isoladamente, dá conta da complexidade da experiência de Matinhos. A organização camponesa deve ser compreendida como processo histórico, construído por sujeitos concretos em circunstâncias determinadas. Sua existência não pode ser reduzida nem à ação de lideranças individuais nem à simples manipulação por agentes externos, tampouco sua legitimidade deve depender da reprodução de um padrão revolucionário observado em outro território.

Inicialmente, apresenta-se a problemática teórico-metodológica relacionada aos movimentos sociais e à experiência camponesa. Em seguida, discute-se a necessidade de uma crítica à homogeneização das experiências das Ligas. Na terceira parte, analisa-se a produção acadêmica local e sua organização em três eixos. Posteriormente, são discutidos os principais trabalhos de cada eixo, com especial atenção às interpretações sobre Matinhos. Na sequência, examina-se a experiência piauiense a partir das noções de experiência, sujeito, resistência e especificidade local. Por fim, são apresentadas as considerações finais, retomando os principais argumentos e apontando possibilidades para novas pesquisas.

Movimentos sociais, campesinato e o problema da homogeneização

Definir movimentos sociais é uma tarefa complexa. A própria literatura utilizada na pesquisa reconhece que não existe uma definição única capaz de abarcar a multiplicidade de formas assumidas por esses movimentos em diferentes contextos históricos. Eric Hobsbawm, ao refletir sobre movimentos sociais e conflitos coletivos, chama atenção para os riscos de uma história que privilegia determinados acontecimentos e deixa à margem outras formas de mobilização popular.

A advertência de Hobsbawm é especialmente importante quando se examinam as Ligas Camponesas. A associação entre movimento social e ação revolucionária pode levar o pesquisador a considerar legítimas ou plenamente caracterizadas apenas aquelas experiências que apresentam determinados traços ideológicos. Desse modo, movimentos reivindicativos, organizações locais, associações de trabalhadores e formas de resistência que não se expressam por uma linguagem revolucionária explícita podem ser desconsiderados ou classificados como experiências incompletas.

A consequência epistemológica dessa escolha é significativa. Ao tomar como parâmetro uma determinada forma de movimento social, o pesquisador corre o risco de enquadrar as demais experiências em categorias previamente definidas. Em vez de perguntar o que os sujeitos fizeram, por que fizeram, quais problemas enfrentaram e quais sentidos atribuíram à própria ação, passa-se a perguntar quanto eles se aproximaram de um modelo ideal.

A questão camponesa exige cuidado semelhante. Trabalhadores rurais não constituem uma categoria homogênea. Suas relações com a terra, com proprietários, arrendatários, sindicatos, associações, igrejas, partidos e autoridades públicas variam segundo os contextos. A experiência social de uma comunidade camponesa não pode ser automaticamente transposta para outra.

A noção de experiência desenvolvida por E. P. Thompson é particularmente útil nesse ponto. Ao considerar os sujeitos como participantes de processos históricos, a experiência permite compreender a classe não apenas como posição estrutural, mas como formação histórica construída no cotidiano, nas relações, nos conflitos e nas práticas. Isso significa reconhecer que trabalhadores submetidos a condições semelhantes podem construir respostas distintas.

A experiência não elimina as estruturas. Pelo contrário, é dentro de condições materiais concretas que os sujeitos atuam. O que se questiona é a redução da ação social à estrutura. Se a concentração da terra, a exploração do trabalho, as secas e a expansão capitalista ajudam a explicar a existência de conflitos rurais, não determinam automaticamente a forma que esses conflitos assumirão.

No caso piauiense, esse princípio é fundamental. A realidade de Campo Maior apresentava relações sociais, econômicas e políticas próprias. A Liga de Matinhos surgiu em meio a trabalhadores rurais, pequenos proprietários, agricultores e vaqueiros que buscavam reconhecimento e melhores condições de vida. A documentação analisada na pesquisa aponta para práticas de organização, assistência, negociação, defesa do acesso à terra e articulação com outros trabalhadores.

A existência dessas práticas demonstra que a experiência não deve ser julgada exclusivamente pelo resultado final do movimento. Uma organização pode ser desarticulada por uma conjuntura política adversa e, ainda assim, ter produzido transformações na experiência social dos sujeitos envolvidos. O desmonte institucional posterior não apaga automaticamente a mobilização anterior.

A historiografia dos movimentos sociais precisa, portanto, deslocar seu olhar da pergunta “a experiência venceu ou perdeu?” para perguntas mais complexas: quais demandas foram formuladas? Quais estratégias foram utilizadas? Quais relações foram estabelecidas? Quais sujeitos participaram? Quais mudanças ocorreram? Que memória permaneceu? Quais práticas organizativas foram construídas?

Historiografia local e crítica epistemológica

A análise da produção acadêmica sobre as Ligas Camponesas no Piauí constitui o núcleo da problemática estudada. O levantamento realizado identificou trabalhos produzidos principalmente no âmbito da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Estadual do Piauí, além de pesquisas vinculadas a diferentes áreas do conhecimento.

Um dos pontos de partida da análise é a recomendação de Boris Fausto de que o historiador deve apoiar-se nas fontes. A advertência ganha força quando o objeto de estudo envolve grupos historicamente pouco representados na documentação oficial. Se os documentos produzidos pelo poder público e pelas elites são privilegiados em detrimento das memórias, relatos e registros dos trabalhadores, o resultado pode ser uma narrativa que reproduz justamente a desigualdade de visibilidade existente na sociedade.

A crítica também dialoga com a reflexão de Monsenhor Chaves sobre a necessidade de reescrever a história do Piauí a partir do povo e dos pobres. A questão não é substituir uma narrativa elitista por uma narrativa automaticamente popular, mas ampliar o campo de sujeitos considerados historicamente relevantes.

No caso das Ligas, isso significa não tomar as lideranças como substitutas dos demais trabalhadores. Lideranças são importantes porque organizam, articulam, negociam e representam. Entretanto, sua ação somente adquire sentido quando relacionada àqueles que participam, apoiam, resistem, comparecem às reuniões, cultivam a terra, enfrentam conflitos e constroem cotidianamente a organização.

A produção local analisada revela, nesse sentido, diferentes formas de compreender o fenômeno. O primeiro eixo apresenta a experiência como resultado do protagonismo dos camponeses. O segundo enfatiza os agentes externos. O terceiro reconhece a ação camponesa, mas procura explicá-la por meio da articulação com forças políticas mais amplas.

Essa classificação não significa que os trabalhos sejam idênticos entre si. Cada pesquisa possui seus objetivos, métodos e fontes. O agrupamento serve, sobretudo, para identificar tendências interpretativas e permitir uma leitura comparativa.

A comparação, conforme a perspectiva de José Murilo de Carvalho mobilizada na pesquisa, é importante para a construção de interpretações mais amplas. Entretanto, comparar não significa apagar diferenças. A comparação só é produtiva quando permite observar semelhanças e contrastes.

É exatamente esse o ponto em que a crítica epistemológica se torna necessária. A produção acadêmica sobre as Ligas no Piauí apresenta diferentes explicações, mas parte dela permanece presa a modelos interpretativos consolidados sobre as experiências de Pernambuco e Paraíba. A experiência de Matinhos aparece, então, como uma espécie de versão local de um fenômeno cuja referência principal estaria fora do Piauí.

Essa operação é problemática porque transforma o caso piauiense em objeto de confirmação de uma teoria previamente construída. O território local passa a ser usado para demonstrar uma tese, em vez de provocar a revisão ou ampliação da própria tese.

Primeiro eixo: protagonismo camponês e a centralidade das lideranças

O primeiro eixo de análise sobre a história das ligas camponesas reúne pesquisas que atribuem à própria população camponesa a criação e a condução das organizações. Entre elas estão “Ligas Camponesas no Piauí: Município de Campo Maior. Uma História de Vida”, de Libonato de Carvalho Rocha, Lurdes Carvalho e Joaquim Ângelo; “Ligas Camponesas no Piauí”, de Ana Cristina F. Muniz e Antônio Soares Farias; e “Mobilizações Camponesas: ruralização e enfrentamento na prática das primeiras organizações sindicais agrárias campo-maiorenses (1950-1964)”, de Rômulo Oliveira Paz.

Essas pesquisas apresentam méritos importantes. O primeiro deles é reconhecer a existência da mobilização camponesa no Piauí e registrar aspectos que poderiam desaparecer sem o esforço de documentação. Também são relevantes por evidenciarem a organização dos trabalhadores em torno de problemas concretos.

O primeiro estudo, produzido em 1991, constitui uma referência pioneira. Seu caráter predominantemente descritivo é compreensível diante do estágio inicial da produção acadêmi-

ca sobre o tema no estado. O trabalho narra acontecimentos relacionados à criação e à atuação da Liga de Matinhos, identificada também como Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Campo Maior – ALTACAM.

Um aspecto significativo é a descrição das funções desempenhadas pela associação. A Liga aparece como porta-voz dos agricultores e como organização preocupada com problemas imediatos, inclusive a busca por áreas para cultivo. Segundo a narrativa analisada, trabalhadores, mesmo diante da resistência de proprietários, encontravam apoio da direção da entidade para estabelecer suas roças e negociar o pagamento da renda.

Também é registrada a articulação com trabalhadores urbanos, especialmente com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Campo Maior. Essa aproximação evidencia que a mobilização não estava confinada ao espaço rural e permite pensar a organização camponesa em conexão com outras experiências de trabalho e reivindicação.

O mesmo estudo registra conflitos com setores da Igreja e com sindicatos de orientação católica, além do desmonte da organização após a prisão de suas lideranças em 1964. Portanto, ainda que descritivo, o trabalho oferece elementos importantes para compreender a trajetória da Liga.

A principal limitação apontada pela crítica epistemológica é outra: ao concentrar a narrativa nos depoimentos e trajetórias das lideranças, o estudo pode acabar silenciando a participação mais ampla dos trabalhadores. O protagonismo da liderança não deve ser confundido com a inexistência de protagonismo coletivo.

Esse problema aparece também quando a história da Liga é interpretada como dependente quase exclusivamente da atuação dos irmãos Lopes. A centralidade de Luiz Edwiges é evidente, mas a existência de uma organização com centenas de participantes, reuniões, atos públicos, conflitos e ações concretas sugere uma dinâmica coletiva que não pode ser reduzida à biografia de uma liderança.

Segundo eixo: agentes externos, igreja, estado e partido

O segundo eixo é constituído principalmente pelos estudos de Antônio José Medeiros e Ricardo Reinaldo da Silva Calaça. Neles, a organização camponesa aparece fortemente vinculada à atuação de agentes externos, como a Igreja Católica, o Estado e o Partido Comunista.

A pesquisa de Medeiros, situada no campo da Sociologia, interpreta a mobilização camponesa no contexto da crise do populismo. Sua leitura trabalha com conceitos como Estado de compromisso, incorporação das massas rurais, sindicalização e mobilização política.

A contribuição dessa perspectiva está em situar os movimentos rurais em processos políticos mais amplos. Nenhuma experiência camponesa ocorre isoladamente. As políticas do Estado, a atuação partidária, a Igreja, a legislação trabalhista e a conjuntura nacional interferem nas possibilidades de organização.

O problema aparece quando esses agentes passam de elementos explicativos a protagonistas absolutos. A análise criticada no estudo original estabelece uma oposição entre “agentes mobilizadores” e “massa rural mobilizada”. Nessa formulação, o Estado, o Partido Comunista e a Igreja aparecem como portadores de consciência e capacidade política, enquanto os trabalhadores rurais são representados como sujeitos ainda incapazes de constituir-se politicamente.

Essa oposição merece ser questionada porque reduz os trabalhadores a receptores de mobilização. O fato de uma organização receber apoio externo não significa que seus integrantes sejam incapazes de agir autonomamente. A história das organizações sociais é frequentemente marcada por relações de cooperação, conflito, influência e negociação. A presença de uma instituição externa pode ampliar possibilidades de ação sem eliminar a agência dos sujeitos locais.

No caso da Igreja Católica, por exemplo, a produção analisada reconhece sua importância na organização do sindicalismo rural. A atuação de setores progressistas e das Comunidades Eclesiais de Base posteriormente desempenharia papel significativo em outros movimentos sociais. Entretanto, a relação entre Igreja e trabalhadores não deve ser pensada apenas como tutoria. Ela também pode envolver disputas, apropriações seletivas, alianças e conflitos.

O mesmo vale para partidos políticos. A presença ou ausência de comunistas em determinada organização não permite concluir, automaticamente, que os trabalhadores não possuam capacidade de organização. O Partido pode atuar como mediador, aliado, concorrente ou agente externo, dependendo das circunstâncias.

A experiência de Matinhos apresenta justamente uma situação que exige maior complexidade. Os estudos reconhecem relações com diferentes forças políticas e institucionais, mas a existência dessas relações não explica, por si só, a criação da organização, as demandas formuladas e as práticas cotidianas desenvolvidas pelos trabalhadores.

Terceiro eixo: resistência, comunistas e o modelo revolucionário

O terceiro eixo reúne estudos que interpretam as Ligas no Piauí como experiências de luta e resistência, mas articuladas a influências políticas externas. Entre os trabalhos examinados estão “Tempo de Esperança: camponês e comunista na constituição das Ligas Camponesas no Piauí nas décadas de 1950-1960”, de Ramsés de Sousa; “Da Exploração à Militância: entre memória e páginas, a Liga Camponesa em Campo Maior (1962-1964)”, de Ramiro Ibiapina; e “Na lei ou na marra: contexto, trajetória e repressão no caso das Ligas Camponesas nordestinas (1955-1964)”, de Gilmar Ferreira Viegas Júnior.

A contribuição desses trabalhos está em aproximar a experiência piauiense de uma leitura mais dinâmica da resistência camponesa. Eles reconhecem que os trabalhadores não eram simplesmente objetos passivos de exploração e procuram relacionar suas ações com processos políticos mais amplos. Entretanto, permanece uma questão: a luta camponesa somente pode ser considerada efetivamente autônoma quando apresenta capacidade revolucionária semelhante àquela atribuída às Ligas de Pernambuco?

A resposta defendida neste artigo é negativa. A experiência de Matinhos pode ser politicamente significativa sem reproduzir a trajetória de Galileia. Pode ser uma experiência de resistência sem possuir o mesmo repertório ideológico. Pode formular demandas por reconhecimento, terra, trabalho e dignidade sem necessariamente construir um projeto revolucionário nacional.

A análise de Hobsbawm sobre movimentos reformistas e revolucionários é útil para essa distinção. Nem todo movimento social precisa propor a transformação fundamental da estrutura social para possuir relevância histórica. Movimentos reivindicativos podem produzir mudanças importantes e revelar formas de consciência e organização.

A tendência de classificar a experiência de Matinhos como incompleta porque não se converteu em movimento revolucionário reproduz, nesse sentido, uma hierarquia entre movimentos. O modelo revolucionário passa a ser o ponto máximo de desenvolvimento, e as demais experiências aparecem como versões inferiores.

Uma abordagem centrada na experiência deve inverter essa lógica. Em vez de perguntar por que Matinhos não se tornou Pernambuco, é preciso perguntar o que Matinhos foi. Essa mudança de pergunta é decisiva. Ela desloca o foco da ausência para a presença: presença de trabalhadores, de conflitos, de associações, de reivindicações, de estratégias, de alianças, de disputas e de memórias.

MATINHOS: ENTRE A EXPERIÊNCIA LOCAL E A DINÂMICA NACIONAL

A experiência de Matinhos deve ser localizada no contexto histórico do Piauí e, simultaneamente, relacionada à dinâmica nacional. O reconhecimento dessa dupla dimensão evita dois extremos: o isolamento da experiência local e sua dissolução em uma narrativa nacional homogênea. O estudo da região dos Carnaubais, mencionado na pesquisa original, evidencia que o território possuía condições sociais específicas. O material consultado registra a presença de trabalhadores rurais, pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, vaqueiros e outros sujeitos vinculados à produção de subsistência e ao trabalho no campo.

A própria existência de documentos associativos permite deslocar o olhar da narrativa produzida sobre os trabalhadores para os vestígios produzidos pelos trabalhadores. Carteiras, registros, fotografias, jornais, atas, correspondências e depoimentos podem revelar dimensões que não aparecem em análises construídas exclusivamente a partir de categorias gerais.

O trabalho original destaca ainda a realização de um importante ato público em 12 de maio de 1963, com passeata e concentrações em diferentes pontos de Campo Maior. O episódio é significativo porque evidencia a capacidade de mobilização para além da localidade de Matinhos.

A articulação com trabalhadores urbanos também merece atenção. A aproximação com trabalhadores da construção civil demonstra que a fronteira entre campo e cidade não era absoluta. Os trabalhadores rurais participavam de redes sociais e políticas mais amplas, articulando demandas e formas de manifestação.

Experiência, sujeito histórico e resistência

A principal contribuição teórica da perspectiva aqui defendida está na recuperação da noção de experiência. Inspirada especialmente em Thompson, essa categoria permite reconhecer que os sujeitos não são simples reflexos das estruturas econômicas.

A concentração fundiária, a exploração e as dificuldades econômicas criam condições de conflito, mas não determinam mecanicamente as formas de ação. Entre estrutura e ação existe a experiência: o modo como os sujeitos vivem, interpretam, negociam e enfrentam suas condições.

Essa abordagem também permite compreender a consciência como processo. Não é necessário exigir dos trabalhadores uma consciência política previamente formulada nos termos de uma teoria externa. A consciência pode ser construída nas próprias lutas.

Reuniões, associações, conflitos por terra, atos públicos, negociações de renda, relações com sindicatos e confrontos com proprietários são práticas que podem produzir aprendizado político. O sujeito coletivo se constitui também no fazer.

Essa perspectiva é particularmente importante para o caso de Matinhos. Se a Liga é observada apenas a partir do resultado de 1964, sua trajetória pode parecer uma derrota. Mas, se o olhar se desloca para o processo, emergem experiências de organização e resistência que não desaparecem com a repressão.

A repressão política também deve ser compreendida como elemento constitutivo da memória. A prisão de lideranças, a desarticulação das organizações e o medo podem produzir silêncios posteriores. Esses silêncios não significam necessariamente ausência de experiência; podem ser efeitos da própria repressão.

Por isso, a história oral ganha importância. O estudo original recorreu à memória de participantes e lideranças, e essa opção deve ser ampliada em novas pesquisas. A memória, embora não seja reprodução literal do passado, é fonte para compreender como os sujeitos significam suas experiências.

O pesquisador precisa, contudo, tratar a memória criticamente, confrontando relatos com documentos e outros testemunhos. O objetivo não é substituir uma fonte por outra, mas construir uma história capaz de dialogar com diferentes registros.

Entre história local e historiografia nacional

Um dos problemas centrais identificados na análise é a tendência de explicar o Piauí a partir de experiências consideradas centrais na historiografia nacional. Essa prática não ocorre apenas no estudo das Ligas. Em diferentes áreas da História, experiências periféricas ou locais podem ser avaliadas a partir de modelos elaborados para centros considerados mais importantes.

No caso das Ligas, Pernambuco ocupa posição central. A experiência de Galileia tornou-se referência para a compreensão do movimento e, em consequência, influenciou a forma de interpretar outras organizações. O problema não está em reconhecer a importância de Pernambuco. O problema surge quando essa experiência se transforma em norma explicativa.

A historiografia local precisa ser capaz de dialogar com a historiografia nacional sem subordinar-se a ela. Isso significa reconhecer que o Piauí também produz questões capazes de modificar interpretações mais amplas. A experiência de Matinhos pode contribuir, inclusive, para ampliar o conceito de movimento social. Se uma definição exige características que a organização piauiense não apresenta, talvez seja a definição que precise ser revista.

A comparação regional é produtiva quando evidencia diferenças. Galileia, Sapé, Matinhos e outras experiências podem ser colocadas lado a lado não para determinar qual foi “mais verdadeira”, mas para observar como diferentes grupos responderam a problemas sociais semelhantes. Essa abordagem permite reconhecer que a resistência camponesa assumiu formas variadas.

Em alguns lugares, a luta pela terra adquiriu caráter mais radical; em outros, o eixo esteve no reconhecimento profissional, na negociação de condições de trabalho, no acesso a áreas de cultivo, na organização sindical ou na articulação comunitária. A diversidade não reduz a importância das experiências. Ao contrário, amplia a compreensão do fenômeno.

Fontes, memória e o desafio de reescrever a história do piauí

A crítica à produção acadêmica não deve ser confundida com rejeição dos estudos existentes. A pesquisa pioneira de Rocha, Carvalho e Ângelo, por exemplo, possui valor documental justamente por registrar informações que poderiam permanecer dispersas. O mesmo vale para os trabalhos posteriores, que acrescentaram novas perspectivas e fontes. O desafio é transformar essa produção em ponto de partida para novas perguntas.

Uma historiografia mais atenta à experiência local deve ampliar o universo documental. Além dos trabalhos acadêmicos, é necessário explorar jornais, documentos associativos, arquivos públicos, registros sindicais, documentos eclesiásticos, processos judiciais, correspondências, fotografias, objetos de memória e relatos orais.

O material original reúne exemplos desse universo documental. O mapa regional, a fotografia da sede da Fazenda Matinhos, o exemplar de jornal, os documentos da ALTACAM e a imagem de Luiz Edwiges constituem vestígios concretos de uma história que ultrapassa as interpretações posteriores, assim como também a identidade da associação.

A experiência camponesa como processo político

A análise permite sustentar que a experiência camponesa de Matinhos foi política não apenas porque se relacionou com partidos ou governos, mas porque os trabalhadores organizaram demandas coletivas e disputaram condições concretas de existência. Essa afirmação é importante porque amplia o conceito de política. Se política for entendida exclusivamente como participação eleitoral, atuação partidária ou adesão a projetos revolucionários, muitas práticas camponesas permanecerão invisíveis.

Entretanto, organizar trabalhadores, negociar o uso da terra, contestar relações de exploração, realizar atos públicos, construir associações e defender direitos também são práticas políticas. O caráter político da Liga pode ser percebido justamente na passagem do problema individual para a reivindicação coletiva. A dificuldade de um trabalhador em acessar terra para cultivo pode ser tratada como problema privado. Quando uma organização intervém para enfrentar esse problema em nome de um conjunto de trabalhadores, ocorre uma transformação de escala: o problema torna-se coletivo.

Essa passagem é central para compreender a formação de sujeitos sociais. A experiência também revela conflitos internos. A relação entre Liga, sindicato e Igreja não foi simplesmente de cooperação. Houve divergências e disputas sobre formas de organização e representação. Tais conflitos são importantes porque demonstram que os trabalhadores não constituíam um bloco homogêneo. A pluralidade interna deve ser preservada. Uma história que apresenta “os camponeses” como sujeito único corre o risco de repetir a mesma homogeneização que pretende superar.

Repressão, 1964 e os limites da leitura da derrota

A ruptura de 1964 constitui um marco decisivo para a história das Ligas. A prisão de lideranças e a desarticulação das organizações alteraram profundamente as possibilidades de continuidade do movimento. Entretanto, o golpe não deve ser utilizado como explicação retroativa de toda a trajetória anterior. A derrota política posterior não significa que a experiência anterior fosse necessariamente frágil, manipulada ou destituída de significado.

O fato de uma organização ser reprimida pelo Estado pode indicar justamente que ela alcançou determinado grau de relevância ou passou a ser percebida como ameaça. Isso não significa transformar toda repressão em prova automática de sucesso, mas reconhecer que o encerramento institucional de um movimento não esgota sua significação histórica. A pesquisa original chama atenção para a necessidade de compreender o que aconteceu antes do golpe, e não apenas o que aconteceu depois. A história das Ligas precisa considerar o período de mobilização como processo autônomo.

Essa preocupação é particularmente relevante para Matinhos. Se a experiência é analisada apenas a partir da prisão de suas lideranças, sua história se resume à interrupção. Se analisada desde sua formação, suas práticas e relações, torna-se possível compreender uma trajetória de organização e resistência.

A crítica ao “discurso colonizado”

O conceito de “discurso colonizado”, empregado no estudo original, pode ser compreendido como crítica à dependência de modelos explicativos externos que passam a organizar a leitura da realidade local. Não se trata de afirmar que toda teoria externa é inadequada. O conhecimento científico depende do diálogo com outras experiências. A questão é evitar que conceitos e modelos sejam aplicados de maneira automática.

Um modelo explicativo é produtivo quando ajuda a formular perguntas. Torna-se limitador quando impede que novas evidências modifiquem a interpretação. No caso das Ligas, a experiência de Pernambuco pode iluminar a análise de Matinhos, mas não deve encerrá-la. O pesquisador precisa estar disposto a encontrar diferenças.

A crítica epistemológica, nesse sentido, é uma crítica ao próprio procedimento de pesquisa. O historiador deve desconfiar do que parece evidente, questionar categorias naturalizadas e observar aquilo que os modelos não conseguem explicar. A recomendação de Montenegro sobre a desconstrução do “historiador natural” é fundamental. O pesquisador não chega ao arquivo sem referências. Leva consigo ideias sobre o que é importante, sobre quem é sujeito histórico e sobre o que deve ser considerado movimento social. Reconhecer essa condição não significa abandonar a objetividade. Significa tornar explícitas as escolhas e submeter as próprias interpretações ao confronto com as fontes.

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA NOVA AGENDA DE PESQUISA

A crítica desenvolvida permite sugerir algumas possibilidades para pesquisas futuras. Primeiro, é necessário ampliar o recorte espacial. A experiência de Campo Maior não deve ser tratada como sinônimo de toda a experiência das Ligas no Piauí. O próprio estudo original registra referências a organizações em Teresina, Parnaíba, Regeneração e outras áreas.

Segundo, é importante ampliar o recorte social. Pesquisas futuras devem procurar não apenas as lideranças, mas também trabalhadores comuns, mulheres, famílias, proprietários, sindicalistas, religiosos, agentes públicos e outros sujeitos envolvidos nas disputas. Terceiro, deve-se aprofundar a análise das relações entre campo e cidade. A articulação entre a Liga de Matinhos e trabalhadores urbanos indica que a mobilização possuía redes que ultrapassavam o espaço rural.

Quarto, é necessário investigar mais profundamente a atuação da Igreja Católica. A relação entre Liga, sindicalismo cristão e instituições religiosas não pode ser explicada somente pela oposição entre “Igreja” e “movimento camponês”. Existem diferentes setores, interesses e momentos. Quinto, a atuação partidária precisa ser examinada de maneira situada. Em vez de perguntar se os comunistas “criaram” ou “não criaram” as Ligas, seria mais produtivo investigar quais militantes estiveram presentes, em quais momentos, com quais estratégias e como os trabalhadores locais reagiram a essa presença.

Sexto, a memória deve ocupar posição central. Entrevistas com descendentes, antigos trabalhadores, moradores das localidades e pessoas vinculadas às organizações podem recuperar experiências não registradas nos documentos escritos. Sétimo, a cultura material precisa ser explorada. Documentos associativos, fotografias, jornais, carteiras, registros de reuniões e objetos preservados podem revelar práticas de organização e identidade. Por fim, a pesquisa comparativa entre Matinhos e outras experiências deve ser aprofundada, mas com uma comparação que preserve as diferenças.

Considerações finais

A análise da produção acadêmica sobre as Ligas Camponesas no Piauí permite concluir que a experiência de Matinhos ocupa posição importante na história dos movimentos sociais do estado, mas ainda enfrenta problemas de interpretação decorrentes da aplicação de modelos generalizantes. A questão central não é escolher uma única interpretação entre as pesquisas existentes. O mais importante é reconhecer que cada abordagem iluminou determinados aspectos e deixou outros em segundo plano.

Os estudos que enfatizam o protagonismo camponês contribuíram para retirar os trabalhadores da posição de simples objetos da história. Entretanto, alguns deles concentraram-se excessivamente nas lideranças, especialmente nos irmãos Lopes, reduzindo a complexidade do movimento coletivo. As pesquisas que enfatizaram os agentes externos contribuíram para inserir a mobilização piauiense no contexto político nacional. Contudo, ao estabelecerem uma oposição rígida entre agentes mobilizadores e massa mobilizada, correram o risco de retirar dos trabalhadores sua condição de sujeitos históricos.

Os trabalhos que articularam resistência camponesa e influência partidária avançaram ao reconhecer a dimensão política da experiência, mas, em determinados momentos, continuaram avaliando o caso piauiense segundo um padrão de luta revolucionária construído a partir de outras experiências. A crítica proposta neste artigo procura superar essas limitações sem negar as contribuições da produção existente.

A experiência de Matinhos precisa ser entendida em seus próprios termos. Isso significa reconhecer a existência de condições econômicas e sociais adversas, mas também a capacidade dos trabalhadores de construir respostas. Significa considerar a influência de partidos,

Igreja e Estado, sem transformar esses agentes em explicação exclusiva. Significa reconhecer a importância das lideranças sem reduzir o movimento à biografia delas.

Sobretudo, significa abandonar a ideia de que existe uma única forma legítima de movimento social. As Ligas Camponesas não constituíram uma experiência homogênea. Sua história foi composta por diferentes organizações, sujeitos, estratégias e contextos. A experiência de Pernambuco é fundamental, mas não deve funcionar como medida absoluta para todas as demais. Matinhos não precisa ser uma segunda Galileia para possuir relevância histórica.

Sua importância está precisamente naquilo que a torna particular: uma organização construída em circunstâncias específicas, por trabalhadores inseridos em relações sociais próprias, que formularam demandas, criaram redes de solidariedade, enfrentaram conflitos, negociaram condições de acesso à terra, articularam-se com trabalhadores urbanos e sofreram os efeitos da repressão de 1964.

A partir da noção de experiência, torna-se possível compreender que os sujeitos históricos se constituem no processo. Não são simplesmente massas conduzidas por agentes externos, nem indivíduos isolados que atuam fora das estruturas sociais. São sujeitos que interpretam suas condições, formulam expectativas, estabelecem alianças, enfrentam adversários e constroem práticas de resistência.

Essa perspectiva também modifica a compreensão da derrota. A repressão não elimina o significado da mobilização anterior. O encerramento institucional da Liga não apaga as experiências construídas pelos trabalhadores. Por isso, uma historiografia renovada das Ligas no Piauí deve deslocar-se da busca por confirmação de modelos para a investigação das especificidades. Deve perguntar menos “por que Matinhos não foi Galileia?” e mais “o que Matinhos revela sobre as formas de organização e resistência dos trabalhadores rurais no Piauí?”.

Essa mudança de pergunta tem implicações epistemológicas profundas. Ela permite que a experiência local deixe de ser apenas um caso ilustrativo de uma teoria nacional e passe a ser fonte de novas interpretações. A reescrita da história das Ligas no Piauí exige, portanto, uma postura crítica diante das fontes e dos próprios modelos explicativos. Exige ampliar os arquivos, valorizar memórias, confrontar documentos, recuperar vozes silenciadas e reconhecer que a pluralidade das experiências sociais não constitui um obstáculo à história, mas uma de suas maiores riquezas.

Referências

- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- HOBBSBAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In: Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBBSBAWM, Eric J. Rebeldes e primitivos: estudos sobre as formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1978/1959.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. Travessia e desafios. *Clio*. v. 28 n. 1 (2010): Jan-Jun. Dossiê: Memória, Narrativa, Política. 2012.

IBIAPINA, Ramiro. Da exploração à militância: entre memória e páginas, a Liga Camponesa em Campo Maior (1962-1964). 2015.

MEDEIROS, Antônio José. Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo: o caso do Piauí. 1994.

MUNIZ, Ana Cristina F.; FARIAS, Antônio Soares. Ligas Camponesas no Piauí. 2002.

PAZ, Rômulo Oliveira. Mobilizações camponesas: ruralização e enfrentamento na prática das primeiras organizações sindicais agrárias campo-maiorenses (1950-1964). 2010.

ROCHA, Libonato de Carvalho; CARVALHO, Lurdes; ÂNGELO, Joaquim. Ligas Camponesas no Piauí: Município de Campo Maior. Uma história de vida. 1991.

SOUSA, Ramsés de. Tempo de esperança: camponês e comunista na constituição das Ligas Camponesas no Piauí nas décadas de 1950-1960. 2015.

VIEGAS JÚNIOR, Gilmar Ferreira. Na lei ou na marra: contexto, trajetória e repressão no caso das Ligas Camponesas nordestinas (1955-1964). 2015.

CALAÇA, Ricardo Reinaldo da Silva. Uma Liga Camponesa na região dos Carnaubais: momentos emblemáticos na formação da Liga de Campo Maior (1950-1980). 2011.